

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.653.316 - GO (2020/0016590-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADO : THAIS MARTINS ISAC E OUTRO(S) - GO043273
AGRAVADO : OTAVIO DIVINO PIGHINI
ADVOGADOS : CLÁUDIO JOSÉ DE SOUZA - GO008822
ELIENAI MONTEIRO DA SILVA - GO037845

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DOENÇA PREENSISTENTE AUSÊNCIA DE PRÉVIO EXAME PERICIAL BOÁ - FÉ PRESUMIDA DO CONTRATANTE INDEVIDA RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO AGRADO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO DECISÃO MANTIDA

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022, II, do CPC, no que concerne à ocorrência de nulidade do acórdão recorrido pela existência de omissão, trazendo os seguintes argumentos:

Não bastasse isso, restou violado também o artigo 1.022, II, do Código de Processo Civil, eis que, em suas contrarrazões de apelação, a ora recorrente tratou de pontuar especificamente que os critérios para indenização com base na cobertura contratada claramente haviam sido observados pelo i. magistrado de 1º Grau, que em sentença muito bem fundamentada observou de forma brilhante que a ex-segurada, Sra. Sirlene Oliveira Pighini, se declarou em perfeitas condições de saúde ao formalizar a avença, aos 30.09.2015, - vindo a óbito pouquíssimo tempo depois, aos 22.05.2016, após intenso tratamento e intervenções médicas - quando, em verdade, já estava ciente do fato de que era portadora de doença de câncer desde, pelo menos, 2013, data em que foi realizado exame de biópsia, seguida de tratamento oncológico, que atestou de forma definitiva a sua condição de portadora de neoplasia de ovário. (fls. 332).

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea "a" do permissivo

constitucional, alega violação dos arts. 422, 757, 765, 766 e 884 do CC, no que concerne à ocorrência de má-fé, uma vez que houve omissão intencional de doença pre-existente quando da contratação do seguro, trazendo os seguintes argumentos:

Concessa maxima venia, os v. acórdãos recorridos cerraram os olhos ao quanto disposto nos artigos 422, 757, 765 e, consequentemente, fazem letra morta do art. 766, todos do Código Civil, o que se deu essencialmente porque determinado pagamento de indenização securitária, em que pese demonstrada (e não presumida!) a má-fé da ex-titular ao omitir informações quanto ao seu quadro de saúde quando da formalização do contrato objeto da lide. (fls. 331).

Ao assim proceder, o tribunal a quo acabou por violar também, ainda que por via reflexa, o artigo 884 do Código Civil, dado que determinou o pagamento de indenização securitária em favor do recorrido, mesmo que a ex-titular, comprovadamente tenha omitido intencionalmente doença preexistente à época da contratação do seguro. (fls. 331).

[...] (fls. 331).

18. Afinal, não era necessário que a titular, por exemplo, fosse da área médica para saber de sua doença potencialmente grave ou mesmo fatal, especialmente porque não se tratava de pessoa hipossuficiente, mitigando assim o dever de guardar a mais estrita boa-fé em relação das circunstâncias e declarações concernentes ao negócio que estava por formalizar, como preconiza o artigo 765, também do Código Civil: (fls. 339).

[...] (fls. 339).

21. Destarte, sendo inequívoco que a titular já sabia ser portadora de doença grave e que a levou a óbito pouquíssimo tempo após a contratação do negócio de base, simplesmente não seria razoável declarar-se em plenas condições de saúde porque sabia não ser este o reflexo da verdade, violando de morte o dever de guardar a boa-fé, preconizado pelo artigo 765 do Código Civil e prestando declarações inexatas que influíram na possibilidade bem mensurar o risco que passaria a acautelar, ferindo de morte o texto expresso do artigo 766, da Lei 10.406/02. (fls. 340).

22. Por derradeiro, cabe consignar que a decisão recorrida, ademais, é representativa de violação, ainda que por via reflexa, do quanto disposto no artigo 884 do Código Civil, posto que, determina pagamento indevidos às recorridas. (fls. 340).

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, na espécie, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Neste sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em

07/03/2018, DJe 23/03/2018 e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/03/2018, DJe 23/03/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Ressai do processo que a Apelada/R. tão somente apresentou o questionário preenchido pela segurada, não tendo sido realizado prévia averiguação médica a demonstrar a existência de moléstia ao tempo da assinatura do contrato, o que não afasta a responsabilidade pela indenização securitária.

Assim, presume-se a boa-fé contratual da segurada, falecida, mulher do Apelante, prestigiando-se a proteção da vulnerabilidade da parte consumidora, consagrada na Lei nº 8.070/90 (CDC) (fls. 268/269).

Assim, a alegada afronta ao artigo 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque inocorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal a quo.

Confira-se, nesse sentido: REsp 1808357/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 20/09/2019 e EDcl no AgInt no AREsp 1422337/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/09/2019, DJe 12/09/2019 e AgInt no REsp 1780519/RO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 28/06/2019.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 283/STF, uma vez que a parte deixou de atacar fundamento autônomo e suficiente para manter o julgado, no que concerne à presunção de boa fé nos casos em que não se tenha realizado prévia averiguação médica a demonstrar a existência de moléstia ao tempo da assinatura do contrato.

Nesse sentido: “A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: ‘É inadmissível o recurso

extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles” (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.317.285/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EREsp n. 1.698.730/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 18/12/2018; e AgRg nos EAREsp n. 447.251/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 20/5/2016.

Ademais, incide ainda o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente